

<b>Título do capítulo</b>	PREFÁCIO
<b>Autor</b>	Marcio Pochmann
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/prefacio">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/prefacio</a>

<b>Título do livro</b>	BRASIL POPULAR, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>Organizadores</b>	Renato Balbim Mônica Arroyo Cristine Santiago
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2024
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-063-9
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## PREFÁCIO

Após três décadas da chamada teoria dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida por um dos maiores teóricos do país, Milton Santos, não são poucos os grupos de pesquisadores, gestores e estudiosos que seguem buscando compreender a complexidade brasileira contemporânea à luz da eminente contribuição do geógrafo. O presente – e imprescindível – livro de que os leitores agora dispõem é tanto produto do sistemático esforço teórico de compreensão da realidade atual como da sua trajetória diante dos acontecimentos produzidos pelo ciclo político-democrático da Nova República.

Muito bem-vinda é esta obra de caráter coletivo e sua contribuição teórica, que, na tradição social crítica brasileira, termina, assim, por colocar os verdadeiros “pontos nos is”.

É impositivo lembrar, portanto, que pior do que a pobreza material que contamina a população, sob a hegemonia do receituário neoliberal, é a imponderável miséria das ideias e debates edificantes da disputa do futuro nacional. Sendo assim, além da presente – e inestimável – iniciativa coletiva, concretizada pela diferenciada safra de pesquisadores, gestores e estudiosos do Brasil, é preciso ainda saudar a emergência de contribuições capazes de protagonizar o carente debate nacional, refêm de perspectivas progressas. E, por essa razão, não raramente nos vemos em espaços habitados por um certo deserto de novas (e boas) ideias que, tristemente, inunda a nação.

Em plena terceira década do século XXI, o Brasil se encontra distante da realidade dos anos 1970. Naquele momento, a sociedade ainda se afirmava como moderna, urbana e industrial. Autores como Francisco de Oliveira e Milton Santos, entre outros, assumiram corajosa e competente posição, própria da teoria social crítica – contrários, portanto, ao viés característico da mentalidade colonial que abundava na teorização dualista.

À época, o referencial teórico das etapas do desenvolvimento do manifesto anticomunista de Walt Rostow (1916-2003) serviu de sustentação à difusão do sentido atemporal e a-histórico da ilusão sobre uma possível convergência dos países periféricos ao projeto de modernidade ocidental. Notadamente liderada pelos Estados Unidos desde o segundo pós-guerra, a perspectiva desenvolvimentista encontrava materialidade em plena disputa geopolítica travada mediante tensões ideológicas e conflitos político-militares próprios da Guerra Fria (1947-1991), que dividiu o mundo.

Com os sinais crescentes do esgotamento do projeto de modernidade ocidental vindo à tona nos anos 1970, a reconfiguração periférica do mundo passou a sofrer intensa e profunda transformação. O desmoronamento do “segundo mundo”, representado pelo bloco soviético, e a crise capitalista centrada nos Estados Unidos, com o desmanche dos acordos de Bretton Woods, desfez o “primeiro mundo” desenvolvido, o que foi imediatamente seguido pelo desfazimento do “terceiro mundo”.

Diante da nova quadra histórica iniciada na década de 1980, com a globalização assentada pelo unilateralismo dos Estados Unidos e seu Projeto para o Novo Século Americano (PNAC), formulado pelos neoconservadores republicanos, a geopolítica sofreu nova inflexão. De forma acrítica e atemporal, o receituário neoliberal emergiu, consagrador do rentismo, tratando de gerir o esgotamento do projeto de modernidade ocidental em suas três dimensões hegemônicas e atualmente disfuncionais.

De um lado, assistimos ao colapso da guerra e do seu complexo industrial militar, potencializador do dinamismo do centro capitalista mundial e, de outro, às restrições da antiga indústria cultural, a buscar capturar mentes e corações na ideologia individualista e consumista. Ao mesmo tempo, o horizonte materializado pelo Antropoceno, que conforma a inegável emergência climática, denuncia a ilusão do desenvolvimento sustentável, preconizada desde os anos 1980.

Desde então, olhando-se para o Brasil, se observa uma crescente ruína da sociedade industrial, que atingiu o auge – mesmo que de maneira incompleta e periférica – na virada dos anos 1980. Com o ingresso passivo e subordinado na globalização neoliberal a partir da década de 1990, o projeto nacional-desenvolvimentista foi abandonado, restando a submissão regressiva à divisão internacional do trabalho da era digital, enquanto um país produtor e exportador de produtos primários.

Com isso, a perspectiva visionária de Euclides da Cunha (1866-1909) sobre o Brasil, congregada pela modernidade das regiões litorâneas em baixa interação com o atraso interiorano, tem sido interrompida. Diversas fontes de informações e de estudos vêm apontando que o atraso nacional fecunda as regiões litorâneas, as quais, até a década de 1980, desconheciam o fenômeno da “perversidade da desindustrialização”.

Funcionando como uma espécie de depósito de multidões de brasileiros sobrantes e sem horizonte destino ascendente, fato decorrente do êxito vigoroso do receituário neoliberal, as regiões metropolitanas em proximidade litorânea parecem se transformar em uma espécie de “Novas Canudos” do primeiro quarto do século XXI. Sua atração decorre do crescente vazio estatal, somado ao avanço do novo “sistema jagunço” urbano. Seja pelo banditismo social de milícias e do crime organizado, seja pelo fanatismo religioso, as massas sobrantes conformam gradualmente o questionamento contrassistêmico da Ordem formalmente exposta por poderes da República e suas instituições cada vez mais desacreditadas.

Por outro lado, assiste-se à emergência dos municípios médios, sobretudo das cidades turísticas e agrárias. Estas, embaladas pela dinâmica da economia primário-exportadora, internalizam a iníqua modernidade externa como se fossem enclaves socioeconômicos desassociados do conjunto da nação. Em geral, parecem conformar a base política de referência da elite da extrema direita, crescentemente conectada ao neoliberalismo *self-made man* das multidões de sobrantes (empendedorismo) no atraso das regiões litorâneas estagnadas.

Sem encontrar concretude na perspectiva política progressista que não seja a defesa do passado alvissareiro na regressão neoliberal e a gestão moral da pobreza, que se generaliza no rastro da ruína da sociedade industrial, o Brasil parece conviver com o verdadeiro “impasse gramsciano”.

Isso porque o novo aponta ser ainda aprisionado pelas forças decrescentes do velho, decadente e reacionário passado. É nesse contexto que o presente livro ostenta uma inspiração de natureza disruptiva.

Em pleno debate aberto e proposto pela exposição das ideias, os autores convidam o leitor a procurar desvendar os problemas contemporâneos da nação. Mais do que isso, a predisposição dos autores, ancorados na esteira do conhecimento enquanto agente de mudanças, do saber transformador, pois despertador de vontades e consciência a gerar sentido e, conseqüentemente, vontade de agir.

**Marcio Pochmann**

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

